

# **TESTES COMENTADOS**

**(DIREITO CONSTITUCIONAL)**

2012

1. (Delegado de Polícia SP/2000) O controle constitucional exercido pelo Supremo Tribunal Federal em última instância, após esgotados os recursos previstos legalmente, representa o sistema
- a) concentrado de controle da constitucionalidade.
  - b) de freios e contrapesos dos Poderes.
  - c) coletivo de controle da constitucionalidade.
  - d) difuso de controle da constitucionalidade.

RESPOSTA: D

O controle difuso de constitucionalidade é o realizado por qualquer órgão do Poder Judiciário, podendo ser feito por via recursal pelo Supremo Tribunal Federal.

2. (Delegado de Polícia SP/2000) As guardas municipais, pela Constituição Federal, poderão ser constituídas para
- a) preservação dos bens municipais e dos locais de crimes.
  - b) preservação das instalações municipais e policiamento preventivo.
  - c) proteção dos bens, serviços e instalações municipais.
  - d) proteção dos bens municipais e preservação da ordem pública.

RESPOSTA: C

As guardas municipais poderão ser criadas pelos Municípios com a finalidade de proteger os bens, serviços e instalações municipais (art. 144, § 8º).

3. (Delegado de Polícia SP/2000) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos
- a) o pluralismo político.
  - b) a especialização da Justiça.
  - c) a obrigatoriedade do voto.
  - d) a bicameralidade.

RESPOSTA: A

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos o pluralismo político, entendendo-se como tal a pluralidade de idéias filosóficas e políticas.

4. (Delegado de Polícia SP/2000) O acompanhamento e a fiscalização da execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio competem
- a) à Mesa do Senado Federal.
  - b) a uma Comissão interpartidária de sete Senadores.
  - c) a uma Comissão de cinco congressistas designada pela Mesa do Congresso Nacional.
  - d) às Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

RESPOSTA: C

Para o acompanhamento e a fiscalização da execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado a Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros (art. 140).

5. (Delegado de Polícia SP/2000) A legitimidade ativa do cidadão para intentar ação popular representa a consagração de um direito
- político.
  - econômico-financeiro.
  - à segurança jurídica.
  - social.

RESPOSTA: A

É a consagração de um direito político já que somente pode, esta ação, ser proposta por cidadão, entendendo-se como tal o indivíduo que possui direitos políticos, portanto necessariamente um brasileiro. Tal ação não pode ser proposta por estrangeiro ou brasileiro que não esteja em gozo dos seus direitos políticos, ou seja, que não é um cidadão.

6. (Delegado de Polícia SP/2000) A Constituição Federal, ao vedar que, da publicidade das obras públicas, constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal da autoridade, consagra respeito ao princípio da
- finalidade.
  - impessoalidade.
  - indisponibilidade.
  - legalidade.

RESPOSTA: B

As ações do agente público devem ser realizadas de maneira impessoal, no agir do agente deve-se buscar a realização do interesse público e não de interesses pessoais, ao praticar seus atos o agente não pode fazê-lo por motivos ou interesses pessoais, portanto o agente que realiza a publicidade com nomes, símbolos ou imagens com o intuito de promoção pessoal fere o princípio da impessoalidade.

7. (Delegado de Polícia SP/2000) A extradição solicitada por Estado estrangeiro será processada e julgada originariamente pelo
- Superior Tribunal de Justiça.
  - Tribunal Regional Federal do Distrito Federal.
  - Supremo Tribunal Federal.
  - Tribunal Regional Federal do domicílio do extraditando.

RESPOSTA: C

Preceitua o texto constitucional que compete ao Supremo Tribunal Federal, entre outras atribuições, processar e julgar, originariamente a extradição solicitada por Estado estrangeiro (art. 102, I, g).

8. (Delegado de Polícia SP/2000) É correto afirmar:
- a integração visa suprir um vazio deixado pela Lei Constitucional.
  - a interpretação visa suprir um vazio deixado pela Lei Constitucional.
  - a compreensão supre a lacuna constitucional.
  - a aplicação do Direito supre o vazio constitucional.

RESPOSTA: A

A integração consiste em suprir um vazio deixado pela Lei Maior, quando determinadas situações que se devem considerar constitucionalmente reguladas, não estão previstas e não podem ser cobertas pela interpretação, mesmo extensiva, de preceitos constitucionais<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Celso Ribeiro Bastos. *Hermenêutica e Interpretação Constitucional*. São Paulo: Celso Bastos Editor, 1997, p.37.

9. (Delegado de Polícia MT/2000) Sobre o controle de constitucionalidade é correto afirmar:
- a) É impossível o controle da constitucionalidade formal de uma lei.
  - b) Na ação direta de inconstitucionalidade são partes a pessoa legítima que a propôs e a União.
  - c) Na justiça estadual não há controle concentrado de constitucionalidade, já que sempre caberá recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
  - d) ato normativo estadual contrário à autonomia municipal pode ser objeto de ação interventiva.
  - e) Não há previsão constitucional para conferir efeito vinculante a alguma decisão do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA: D

A CF determina que a União não pode intervir nos Estados nem no Distrito Federal, porém em seu texto estabelece hipóteses excepcionais de intervenção, entre estas hipóteses temos o não cumprimento de um princípio constitucional sensível, sendo reconhecido como tal à autonomia municipal (art. 34, VII, c).

10. (Delegado de Polícia MT/2000) Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta: São garantias da independência do Poder Judiciário previstas na Constituição:

I - Autonomia funcional, administrativa e financeira.

II - A nomeação dos ministros dos tribunais superiores pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

III - As garantias de vitaliciedade e inamovibilidade dos juízes.

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas I e III estão corretas.
- e) Todas estão incorretas.

RESPOSTA: D

A autonomia administrativa e financeira assegurada ao Poder Judiciário (art. 99) e as garantias de vitaliciedade e inamovibilidade (art. 95) garantidas aos seus membros são importantes instrumentos de sua independência, porém o fato de a nomeação dos ministros dos tribunais superiores realizada pelo Pres. Da Rep., após aprovação pelo Senado Federal, é um sistema de controle de um Poder sobre o outro e não uma garantia de independência.

11. (Delegado de Polícia MT/2000) Não é órgão através do qual se exerce a segurança pública:

- a) corpos de bombeiros militares.
- b) polícia ferroviária federal.
- c) polícia sanitária.
- d) polícia civil.
- e) polícia rodoviária federal.

RESPOSTA: C

A segurança pública (art. 144 e inc.) é exercida através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

12. (Delegado de Polícia MT/2000) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se a medida tomada durante estado de sítio mostrar-se ineficaz, será decretado estado de defesa.

- b) Em caso de guerra, o estado de sítio poderá perdurar enquanto houver confronto bélico.
- c) A iminência e a gravidade de instabilidade institucional permite a decretação do estado de defesa.
- d) Comoção grave de repercussão nacional permite a decretação do estado de sítio.
- e) Mesmo na vigência do estado de defesa é vedada a incomunicabilidade do preso.

RESPOSTA: A

Se comprovada a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio (art. 137, I).

13. (Delegado de Polícia MT/2000) Considerando quais os itens abaixo podem ser tidos por conceitos corretos de constituição, assinale a alternativa correta:

- I - A constituição de um país é a soma dos fatores reais do poder que regem esse país.
  - II - A constituição de um país é a decisão política fundamental, decisão concreta de conjunto sobre o modo e forma de existência da unidade política.
  - III - A constituição de um país é a norma jurídica suprema, a que todas as outras se subordinam.
- a) Todas estão corretas.
  - b) Apenas I e II estão corretas.
  - c) Apenas I e III estão corretas.
  - d) Apenas II e III estão corretas.
  - e) Todas estão incorretas.

RESPOSTA: A

Diz Ferdinand Lassale que a constituição de um país é a soma dos fatores reais do poder que regem esse país, já Carl Schmitt a entende como a decisão política fundamental, decisão concreta de conjunto sobre o modo e forma de existência da unidade política e o grande mestre Hans Kelsen a considerava como a norma jurídica suprema, a que todas as outras se subordinam<sup>2</sup>.

14. (Delegado de Polícia MT/2000) Não é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- a) Presidente da Câmara dos Deputados.
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) Coronel do Exército.
- d) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- e) Vice-Presidente da República.

RESPOSTA: D

Segundo a Constituição Federal (art. 144, parágrafo único): Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, **dentre brasileiros** com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal”, o referido texto somente determina que o Ministro seja brasileiro, portanto o naturalizado pode ocupar tal cargo.

15. (Delegado de Polícia AM/2000) A Constituição Federal assegura ao júri o seguinte direito:

- a) votação pública
- b) procedimento sumário
- c) soberania do veredicto
- d) prestação social alternativa

<sup>2</sup> José Afonso da Silva. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 40-41.

RESPOSTA: C

A Constituição (art.5º , XXXVIII) reconhece a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurando-lhe, entre outras características, a soberania dos veredictos.

16. (Delegado de Polícia AM/2000) Os elementos que determinam o cumprimento de pena em estabelecimentos distintos são:
- natureza do delito, idade e sexo do apenado
  - idade, agravantes pessoais e periculosidade
  - sexo do apenado, periculosidade e primariedade do condenado
  - primariedade do condenado, natureza do delito e agravantes pessoais

RESPOSTA: A

A determinação de que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado emana da própria CF (art. 5º, XLVIII).

17. (Delegado de Polícia AM/2000) Dentre os entes abaixo mencionados, os que têm legitimação ativa universal para promover a ação de constitucionalidade, são:
- Mesa do Senado Federal e Governador de Estado
  - Procurador-Geral da República e Mesa da Câmara dos Deputados.
  - Presidente da República e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
  - Partido Político com representação no Congresso Nacional e Confederação Sindical

RESPOSTA: B

O STF atribui a alguns legitimados a propor a ADIn a legitimidade universal, sendo eles o Pres. Da Rep., o Procurador-Geral da República, as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, os partidos políticos e o Conselho Federal d Ordem dos Advogados do Brasil, já os Governadores e Mesas das Assembléias Legislativas, se a lei impugnada atingir às unidades federadas e as confederações sindicais ou entidades de classe, no caso da norma atingir os interesses dos seus filiados ou associados<sup>3</sup>.

18. (Delegado de Polícia AM/2000) O ente público que tem competência para processar e julgar os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro é:
- Senado Federal
  - Tribunal Regional do Trabalho
  - Supremo Tribunal Federal
  - Superior Tribunal de Justiça

RESPOSTA: D

É de competência do Superior Tribunal de Justiça solucionar os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União (art. 115, I, g).

19. (Delegado de Polícia AM/2000) É função institucional do Ministério Público:
- opinar sobre a decretação do estado de defesa
  - exercer o controle externo da atividade policial
  - promover juridicamente a defesa dos necessitados

<sup>3</sup> Clémerson Merlin Cléve *A Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 162.

d) expedir instruções para execução de leis sobre segurança pública

RESPOSTA: B

Entre as funções institucionais o Ministério Público encontramos a de exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar (art. 129, VII)

20. (Delegado de Polícia AM/2000) A competência dos Estados com relação à da União para legislar a respeito da proteção à infância e à juventude e no que concerne à organização das polícias civis tem a seguinte natureza:

- a) exclusiva
- b) originária
- c) excludente
- d) concorrente

RESPOSTA: D

A competência da União para legislar sobre estes assuntos é de natureza concorrente, ou seja, a União estabelece as normas gerais e os Estados suplementam a norma geral da União no que lhes couber (art. 24, XV e XVI).

21. (Delegado de Polícia AM/2000) Das hipóteses abaixo, a que exige sessão conjunta do Senado e da Câmara Federal é:

- a) deliberar sobre veto presidencial
- b) apreciar emenda constitucional
- c) aprovar escolha de magistrado
- d) processar ministro de Estado.

RESPOSTA: A

Determina a CF (Art. 66, § 4º) que o veto será apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, podendo ser rejeitado somente pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em votação secreta.

22. (Delegado de Polícia AM/2000) O voto direto e secreto é um exemplo de norma constitucional classificada, quanto à eficácia, como:

- a) restrita
- b) intangível
- c) programática
- d) discricionária

RESPOSTA: B

A CF consagra com cláusula pétrea, que não pode ser modificada, o voto direto, secreto, universal e periódico. (art. 60, § 4º, II).

23. (Delegado de Polícia AM/2000) A Constituição Federal não permite que, no processo judicial, a prova seja obtida em desrespeito à norma de direito material. Esta prova tem o nome de:

- a) improcedente
- b) infringente
- c) ilegítima
- d) ilícita

RESPOSTA: D

O termo “ilícita” é empregado pela própria Constituição no inc. LVI do art. 5º quando determina que “ são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”.

24. (Delegado de Polícia AM/2000) Três Ministros do STF, eleitos pelo voto secreto, compõem, obrigatoriamente, o órgão judiciário denominado
- a) STM
  - b) TSE
  - c) STJ
  - d) TST

RESPOSTA: B

A composição do Tribunal Superior Eleitoral é determinada pela CF compondo-se de, no mínimo, sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto, sendo três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal (Art. 119).

25. (Delegado de Polícia AM/2000) Os juizes federais têm competência para processar e julgar o seguinte fato jurídico:
- a) crime contra a organização do trabalho
  - b) sucessão de pessoa física sem herdeiro
  - c) cobrança judicial de impostos estaduais
  - d) falência de sociedade de economia mista

RESPOSTA: A

Atribui a Constituição (Art. 109, VI) aos juízes federais a competência para processar e julgar, entre outros, os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

26. (Delegado de Polícia AM/2000) Os TRFs reservam, para advogados e membros do Ministério Público, uma parcela de suas vagas, representadas pela seguinte fração:
- a)  $\frac{1}{7}$
  - b)  $\frac{1}{5}$
  - c)  $\frac{1}{4}$
  - d)  $\frac{1}{3}$

RESPOSTA: B

Esta reserva de cargos é conhecida por “quinto constitucional”, encontrando-se no art. 107 da CF, que determina que os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo que um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira.

27. (Delegado de Polícia AM/2000) A norma legislativa que altera o quantitativo de deputados federais ou sua representação por Estado é denominado:
- a) lei complementar
  - b) decreto legislativo
  - c) emenda a Constituição
  - d) resolução da Mesa Diretora

RESPOSTA: A

Nossa Carta Magna reserva expressamente esta matéria à lei complementar quando determina que o número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados (art. 45, §1º).

28. (Exame da OAB/CE - 03/1999) Compete privativamente à União legislar sobre :

- a) direito civil, penal e comercial;
- b) direito civil, administrativo e do trabalho;
- c) direito processual, eleitoral e previdenciário;
- d) direito processual, penal e tributário.

RESPOSTA: A

A CF atribui à União a competência para legislar privativamente sobre direito **civil, comercial, penal**, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho (art. 22, I).

29. (Exame da OAB/CE - 03/1999) As medidas provisórias podem ser adotadas em caso de :

- a) urgência;
- b) relevância e urgência;
- c) relevância;
- d) solicitação dos Ministros de Estado.

RESPOSTA: B

O Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, **em caso de relevância e urgência**, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional (art. 62, *caput*).

30. (Exame da OAB/CE - 03/1999) Os tribunais podem declarar:

- a) a lei inconstitucional por maioria simples dos seus membros, sendo vedada o órgão especial qualquer consideração sobre a matéria;
- b) a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público somente pela maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
- c) a lei inconstitucional somente pela maioria absoluta de seus membros e, no caso de ato normativo do Poder Público, pela maioria simples dos seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
- d) a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder público pela maioria simples de seus membros, no caso da questão ser apreciada pelo órgão especial, somente pela maioria absoluta poderá deliberar sobre a matéria.

RESPOSTA: B

Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público (art. 97).

31. (Exame da OAB/CE - 03/1999) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente:

- a) o recurso ordinário e o recurso extraordinário;
- b) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal, bem como a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- c) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;
- d) a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal e a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

RESPOSTA: D

O Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, tem a competência de processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal (art. 102, I, a).

32. (Exame da OAB/CE - 03/1999) O Poder Constituinte Originário :

- a) decorre do poder constituinte derivado;
- b) não se submete a limites jurídicos, podendo suprimir direitos adquiridos;
- c) tem a mesma natureza do poder constituinte derivado;
- d) não pode suprimir direito adquirido.

RESPOSTA: B

O Poder Constituinte Originário tem como característica ser ilimitado, não estando subordinado ao direito anterior, não tendo que respeitar limites anteriormente fixados, nem mesmo no que se refere a direitos adquiridos.

33. (Exame da OAB/CE - 03/1999) As "cláusulas pétreas" são:

- a) normas constitucionais que só podem ser alteradas por emendas constitucionais;
- b) preceitos constitucionais da mesma hierarquia da lei complementar;
- c) normas da Constituição que vedam até mesmo deliberação sobre proposta de emenda;
- d) disposições constitucionais que admitem deliberação sobre proposta de emenda, desde que esteja acompanhada de exposição de motivos e parecer exarado por advogado com mais de dez anos de magistério, de notório saber jurídico e reputação ilibada

RESPOSTA: C

As cláusulas pétreas são matérias sobre as quais a CF veda a deliberação de emendas que tenham a tendência de as suprimir do texto constitucional, são consideradas pela constituição como tal a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, §4º).

34. (Exame da OAB/CE - 03/1999) É(são) gratuita(s), segundo a Constituição Federal, a(s) seguinte(s) ação(ões):

- a) mandado de segurança;
- b) mandado de segurança e mandado de injunção;
- c) "*habeas corpus*";
- d) "*habeas corpus*" e "*habeas data*".

RESPOSTA: D

A CF garante a todos a gratuidade das ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania (art. 5º, LXXVII).

35. (Exame da OAB/CE - 02/1999) O autor da ação direta de inconstitucionalidade:

- a) poderá desistir da ação a qualquer momento;
- b) só poderá desistir da ação com a anuência da outra parte;
- c) a desistência só dependerá da manifestação da outra parte no caso da mesma ter sido citada;
- d) não poderá desistir da ação

RESPOSTA: D

O art. 5º da lei 9.868, de 10 de novembro de 1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade

perante o Supremo Tribunal Federal, determina que “proposta a ação direta, não se admitirá desistência”.

36. (Exame da OAB/CE - 02/1999) Os requisitos da relevância e urgência, atinentes à medida provisória, segundo o Supremo Tribunal Federal:
- são insuscetíveis de controle jurisdicional por se tratarem de conceitos vagos, próprios dos atos discricionários;
  - podem ser amplamente aferidos pelo Judiciário, em decorrência do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional no que tange aos atos dos outros Poderes;
  - são suscetíveis de controle jurisdicional em hipóteses excepcionais, tais como as que representem mácula ao princípio da razoabilidade;
  - dependerão de definição, pela legislação ordinária, para fins de controle jurisdicional.

RESPOSTA: C

37. (Exame da OAB/CE - 02/1999) Para propor ação direta de inconstitucionalidade
- todos os legitimados são tidos como universais, prescindindo da demonstração da relação de pertinência entre o ato impugnado e suas funções institucionais;
  - apenas as Confederações devem explicitar a pertinência entre suas funções e o ato impugnado;
  - não há que se cogitar de pertinência temática, exceto no que tange aos legitimados especiais;
  - os legitimados têm que demonstrar interesse específico, caso contrário, apenas o Procurador Geral da República poderá impugnar o ato normativo.

RESPOSTA: C

São legitimados especiais, dos quais se exige pertinência temática, a Mesa da Assembléia Legislativa, o Governador do Estado, as confederações sindicais e as entidades de classe de âmbito nacional.

38. (Exame da OAB/CE - 02/1999) É possível a intervenção federal:
- nos Estados, Distrito Federal e Municípios localizados em Territórios Federais;
  - nos municípios;
  - nos Estados;
  - nos Estados e Distrito Federal.

RESPOSTA: A

A União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal, para manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra, pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, reorganizar as finanças de unidade da Federação que, prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial ou assegurar a observância dos chamados princípios sensíveis (art. 34).

No município localizado em Território a intervenção da União pode ocorrer se deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada, não forem prestadas contas devidas, na forma da lei, não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial (art. 35).

39. (Exame da OAB/CE - 02/1999) O direito de reunião:
- depende de prévia autorização da autoridade policial, mediante expedição de alvará;

- b) é livremente exercido, bastando que os fins sejam pacíficos;
- c) deve ser precedido de prévio comunicado à autoridade competente, hipótese em que os participantes podem portar armas;
- d) é direito público subjetivo, quando a reunião é pacífica, não frustra outra anteriormente convocada e há prévio aviso à autoridade competente.

RESPOSTA: D

Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente (art.5º, XVI).

40. (Exame da OAB/CE - 02/1999) A imunidade parlamentar:
- a) é irrenunciável;
  - b) tem natureza formal e material, na exclusiva hipótese de crimes contra a honra;
  - c) tem natureza formal e material, sendo que esta diz respeito à impossibilidade do parlamentar ser processado sem autorização do Senado;
  - d) quando material alcança os atos cometidos fora do exercício do mandato .

RESPOSTA: A

A imunidade parlamentar é irrenunciável, segundo o Ministro Celso de Mello: "...não se reconhece ao congressista , em tema de imunidade parlamentar, a faculdade de a ela renunciar. Trata-se de garantia institucional deferida ao Congresso Nacional. O congressista isoladamente considerado, não tem, sobra a garantia da imunidade, qualquer poder de disposição"<sup>4</sup>.

41. (Exame da OAB/RJ - 08/1998) É vedado à União:
- a) Instituir empréstimo compulsório.
  - b) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído.
  - c) Cobrar taxas em razão do poder de polícia.
  - d) Instituir impostos sobre exportação de produtos nacionais.

RESPOSTA: B

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado (art. 150, III,a).

42. (Exame da OAB/RJ - 08/1998) Compete aos municípios instituir impostos sobre;
- a) Propriedade de veículos automotores.
  - b) Doação.
  - c) Produtos industrializados.
  - d) Serviços de qualquer natureza.

RESPOSTA: D

Os Municípios têm competência para instituir imposto sobre os serviços de qualquer natureza, salvo sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, que são de competência Estadual (art. 156, III).

43. (Exame da OAB/RJ - 08/1998) Assinale a alternativa INCORRETA:
- a) O poder constituinte originário é soberano, inicial, ilimitado e incondicionado.

<sup>4</sup> STF queixa-crime n.º 681-SP STF/Pleno

- b) A limitação circunstancial ao poder de reforma constitucional inibe a que a Constituição Federal seja alterada diante da ocorrência de determinados eventos, como a decretação de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- c) Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que possuem aplicabilidade direta e imediata, com possibilidade, todavia, de terem o seu alcance reduzido por obra do legislador ordinário.
- d) Normas materialmente constitucionais são aquelas que integram a estrutura fundamental do Estado, incluídas ou não no texto constitucional.

RESPOSTA: C

As normas de eficácia limitada são aquelas que têm aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, somente incidindo totalmente após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade.

44. (Exame da OAB/RJ - 08/1998) No que tange ao controle de constitucionalidade:
- a) Podem propor a ação declaratória de inconstitucionalidade de lei federal ou estadual diante da Constituição Federal, o Presidente da República, a Mesa ou Comissão Permanente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou de Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação ou entidade de classe de âmbito nacional.
  - b) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo federal ou estadual, citará, previamente, o Advogado-Geral da União que poderá pronunciar-se pela procedência ou improcedência do pedido.
  - c) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo estaduais.
  - d) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

RESPOSTA: D

A finalidade da ação direta de inconstitucionalidade por omissão é obter do Poder Judiciário (STF) a ciência ao Poder competente para que este tome as providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias (art. 103, §2º).

45. (Exame da OAB/RJ - 08/1998) Com pertinência ao Poder Legislativo:
- a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, enquanto o Senado compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
  - b) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades policiais, além de outros, previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente.
  - c) Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional poderá deliberar sobre toda e qualquer matéria.
  - d) É de competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

RESPOSTA: D

O Congresso Nacional tem competência exclusiva para sustar os atos normativos do Poder Executivo que ultrapassem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa (art. 49, V).

46. (Exame da OAB/RJ - 08/1998) Tendo em vista os remédios constitucionais:

- a) A ação popular pode ser ajuizada por pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira.
- b) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- c) O mandado de segurança pode ter o prazo de impetração de cento e vinte dias interrompido em razão de oferecimento de pedido de reconsideração.
- d) Conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

RESPOSTA: B

O *habeas corpus* é o remédio constitucional para proteger o direito de locomoção, por ameaça ou lesão, em decorrência de ilegalidade ou abuso de poder (art. 5º, LXVIII).

47. (Exame da OAB/RJ - 08/1998) O mandado de injunção, conforme previsto no texto constitucional:

- a) Será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) Não autoriza o Poder Judiciário a suprir omissão legislativa ou regulamentar, editando ato normativo omitido, nem a ordenar, de imediato, ato concreto de satisfação do direito reclamado.
- c) Objetiva a garantir o exercício de direitos fundamentais de qualquer espécie, através de ordem judicial, impedindo que a autoridade pública viole o texto constitucional.
- d) Pode ser impetrado somente diante de normas constitucionais de eficácia plena ou auto-aplicáveis.

RESPOSTA: B

O mandado de injunção tem como finalidade a ciência ao poder omissor para que tome as providências necessárias, não podendo o Judiciário editar a norma faltante, usurpando a competência do Legislativo.

48. (Exame da OAB/RJ - 03/1998) Assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Constituinte originário exercitado, no Estado Federal brasileiro, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na formulação das suas respectivas Constituições, é limitado e condicionado.
- b) A proposta de emenda à Constituição Federal será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) O Poder Constituinte derivado decorrente utilizado, no Estado Federal brasileiro, pelos Estados Federados, na elaboração das suas respectivas Constituições, é ilimitado e incondicionado.
- d) A proposta de emenda à Constituição Federal, depois de aprovada pelas Casas do Congresso Nacional, será sancionada e promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.

RESPOSTA: B

A emenda à Constituição tem, por força constitucional, de ser discutida e votada duas vezes em cada Casa do Congresso Nacional, sendo considerada aprovada se, em todos, obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 60, § 2º).

49. (Exame da OAB/RJ - 03/1998) Afirma-se que a Constituição:

- a) É rígida, quando contempla, apenas, normas materialmente constitucionais.

- b) É escrita, quando não admite reforma.
- c) É promulgada, quando decorre de órgão constituinte composto de representantes do povo, eleitos com a finalidade de elaborá-la.
- d) É histórica, quando possui uma parte rígida e outra flexível, podendo a segunda ser alterada pelo mesmo processo através do qual são alteradas as leis ordinárias.

RESPOSTA: C

A Constituição promulgada, também chamada de popular ou democrática, é aquela que decorre de um órgão constituinte escolhido pelo povo para a finalidade de elaborar o texto da constituição.

50. (Exame da OAB/RJ - 03/1998) No Estado Federal Brasileiro:

- a) Os Estados Federados, a exemplo do que ocorre com a União, o Distrito Federal e os municípios, possuem autonomia política.
- b) É facultado à União decretar a intervenção federal nos Municípios dos Estados Federados, desde que a medida se destine a pôr termo a grave comprometimento de ordem pública.
- c) Os Vereadores possuem, além de imunidade material ou inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e nos limites do Estado, também imunidade formal ou processual, esta desde a expedição do diploma, o que inviabiliza a que sejam presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, e processados criminalmente sem prévia licença da Câmara a que pertencerem.
- d) A União possui competência legislativa remanescente, assim como os Municípios, incumbindo aos Estados Federados a competência legislativa expressa.

RESPOSTA: A

Uma das características da Federação é a autonomia política das entidades que a compõe, no nosso sistema federativo todas as pessoas políticas são dotadas de autonomia.

51. (Exame da OAB/RJ - 03/1998) Assegura-se, com correção, em tema de controle de constitucionalidade:

- a) Que o Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar, originariamente, ação direta declaratória de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal em face da Constituição Federal.
- b) Que possuem legitimação ativa para a propositura de ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal e estadual, diante da Constituição Federal, o Presidente da República, as Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e de Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c) Que compete privativamente à Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- d) Que o Supremo Tribunal Federal, quando apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

RESPOSTA: D

O Supremo Tribunal Federal citará o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado, quando apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo (art. 102, § 3º).

52. (Exame da OAB/RJ - 03/1998) Aponte, com base no processo legislativo previsto na Constituição Federal, a alternativa INCORRETA:

- a) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.
- b) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.
- c) Os projetos de lei complementar serão aprovados por maioria simples.
- d) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

RESPOSTA: C

O art. 69 da CF determina que as leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

53. (Exame da OAB/RJ - 03/1998) Destina-se fundamentalmente o mandado de segurança, como remédio constitucional:
- a) À tutela da liberdade de locomoção própria ou de terceiro.
  - b) À proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
  - c) A assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, assim como a sua retificação, se incorretas.
  - d) A anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade pública, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

RESPOSTA: B

A CF determina que conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX).

54. (Exame de Ordem OAB-SC – 1999) A Constituição brasileira de 1988 é dita rígida porque:
- a) exige para sua modificação um processo mais complicado e solene do que o das leis ordinárias.
  - b) estabelece uma estrutura rígida de Estado.
  - c) trata com rigidez a questão dos direitos e garantias individuais.
  - d) suas normas devem ser interpretadas de forma estrita.

RESPOSTA: A

A Constituição brasileira somente pode ser modificada por meio de emenda constitucional, que requer para sua aprovação um procedimento legislativo complexo denominado de “emenda constitucional”.

55. (Exame de Ordem OAB-SC – 1999) Nas matérias compreendidas na competência legislativa concorrente:
- a) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar plena e livremente.
  - b) compete à União editar as normas gerais e, às demais pessoas políticas, legislar supletivamente.
  - c) enquanto não houver normas gerais, Estados, Distrito Federal e Municípios não podem editar a legislação suplementar.

d) prevalece a legislação editada em primeiro lugar.

RESPOSTA: B

No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, o que não exclui a competência suplementar dos Estados (Art. 24, § 1º e 2).

56. (Exame de Ordem OAB-SC – 1999) Em sede de competência das pessoas políticas, pode-se dizer que:

- a) a Constituição é omissa quanto às competências dos Estados.
- b) cabe aos Estados a chamada competência residual.
- c) as competências dos Municípios são previstas na respectiva Constituição estadual.
- d) a Constituição delimita as competências dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, reservando à União a chamada competência residual.

RESPOSTA: B

A CF reserva aos Estados as competências que não lhe veda expressamente, ou seja, é competência dos Estados aquelas que a CF não reserva à União ou aos Municípios (art. 25, §1º).

57. (Exame de Ordem OAB-SC – 1999) As leis complementares se distinguem das leis ordinárias por:

- a) veicularem normas gerais, enquanto que estas se ocupam das normas específicas.
- b) serem de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
- c) versarem matérias a elas reservadas pela Constituição e por exigirem maioria absoluta para sua aprovação.
- d) exigirem aprovação nas duas Casas que compõem o Poder Legislativo.

RESPOSTA: C

As leis complementares têm sua matéria reservada expressamente pela Constituição, exigindo maioria absoluta para sua aprovação (art. 69, caput), enquanto que a lei ordinária tem sua aprovação por maioria simples ou relativa (art. 47).

58. (Exame de Ordem OAB-SC – 1999) A competência para desapropriar terras que não estejam cumprindo sua função social, para fins de reforma agrária é:

- a) comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- b) privativa dos Municípios.
- c) privativa dos Estados e do Distrito Federal.
- d) privativa da União.

RESPOSTA: D

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (Art. 184).

59. (Exame de Ordem OAB-SC – 1999) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, mediante controle externo, cabe ao

- a) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- b) Ministério da Fazenda.
- c) Poder Judiciário.
- d) Ministério Público Federal.

RESPOSTA: A

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (art. 70 e 71).

60. (Exame n.º 116 OAB/SP) O Poder Constituinte Originário, em tese,
- deriva da Constituição Federal.
  - deve obedecer às cláusulas pétreas.
  - não pode ser exercido na vigência de estado de sítio.
  - poderá estabelecer pena de morte.

RESPOSTA: D

O Poder Constituinte Originário, por não estar sujeito a nenhum outro poder pré-estabelecido, pode implantar a pena de morte no país.

61. (Exame n.º 116 OAB/SP) Os Tribunais de Contas são órgãos relacionados ao
- Poder Judiciário, responsáveis pela fiscalização contábil e financeira da Administração Direta e Indireta.
  - Poder Executivo, responsáveis pelo julgamento das contas dos administradores públicos.
  - Poder Judiciário, responsáveis pelo julgamento das contas dos administradores públicos.
  - Poder Legislativo, responsáveis pela fiscalização contábil e financeira da Administração Direta e Indireta.

RESPOSTA: D

Os Tribunais de Contas são órgãos auxiliares do Poder Legislativo, praticando atos de natureza administrativa concernentes a fiscalização<sup>5</sup>.

62. (Exame n.º 116 OAB/SP) A Constituição Federal admite a restrição à inviolabilidade do domicílio
- no caso de intervenção federal.
  - a qualquer tempo, desde que por determinação judicial.
  - no caso de decretação de estado de sítio.
  - se nele tiver ocorrido crime.

RESPOSTA: C

Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: obrigação de permanência em localidade determinada, detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns, restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei, suspensão da liberdade de reunião, **busca e apreensão em domicílio**, intervenção nas empresas de serviços públicos e requisição de bens (art. 139).

63. (Exame n.º 116 OAB/SP) Em face da Constituição da República, o direito adquirido está imune à incidência
- de qualquer espécie normativa, inclusive emenda constitucional.
  - de qualquer espécie normativa, salvo emenda constitucional.
  - de qualquer lei, apenas.
  - de qualquer lei ou medida provisória, apenas.

<sup>5</sup> Alexandre de Moraes. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 379.

RESPOSTA: A

O instituto do direito adquirido é considerado como uma garantia fundamental do indivíduo, estando protegido por ser considerado cláusula pétrea, conforme o art. 60, §4º, onde “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais.”

64. (Exame n.º 116 OAB/SP) Quando o Município legisla sobre transporte coletivo municipal de passageiros, está
- suplementando a legislação do Estado.
  - suplementando a legislação da União, no que couber.
  - expedindo norma fulcrada em sua própria autonomia.
  - expedindo normas de sua competência residual.

RESPOSTA: C

A CF atribui aos Municípios a competência para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial (art. 30, V).

65. (Exame n.º 116 OAB/SP) O Estado pode atuar como empresário, no domínio econômico, quando se tratar de
- imperativo de serviço público.
  - monopólio outorgado à União.
  - determinação da lei infraconstitucional.
  - defesa da função social da propriedade.

RESPOSTA: B

**Ressalvados os casos previstos na Constituição**, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei (art. 173).

66. (Exame n.º 116 OAB/SP) Silenciando a Constituição Federal e a Estadual quanto ao limite de idade para a nomeação de advogado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça (quinto constitucional), de um determinado Estado, poder-se-á, por analogia, entender aplicável disposição da Constituição Federal que estabelece o limite máximo de 65 anos para nomeação para o cargo de ministro do STF?
- Sim, porque todas as normas da CF devem ser aplicadas analogicamente.
  - Não, porque, em se tratando de exceção ao princípio da não-discriminação em razão de idade, não se admite interpretação extensiva.
  - Não, porque advogado nomeado pelo quinto constitucional não se aposenta compulsoriamente aos 70 anos de idade.
  - Sim, porque todos os juízes estão submissos ao princípio da vitaliciedade.

RESPOSTA: B

As normas que determinam exceções devem ser interpretadas de maneira restritiva, não se estendendo a outras situações, ainda que semelhantes.

67. (Exame n.º 116 OAB/SP) A União, por decreto, interveio em Estado-Membro, em face do descumprimento de decisão judicial (relativa ao pagamento de precatório). Posto isto,
- o decreto de intervenção deve ser submetido ao Congresso Nacional, no prazo de 24 horas.

- b) poderá o Congresso aprovar emenda constitucional para modificar o art. 100 da Constituição Federal (ordem de pagamento dos precatórios).
- c) deve a União submeter o decreto da intervenção ao Supremo Tribunal Federal.
- d) o decreto de intervenção poderá limitar-se à suspensão da execução do ato impugnado.

RESPOSTA: A

O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas (Art. 36, § 1º).

68. (Exame n.º 116 OAB/SP) Na inexistência de normas gerais federais sobre um esporte novo, recém-introduzido no país,
- a) pode um Estado-Membro, dentro de sua jurisdição, estabelecer normas gerais sobre a matéria, cuja eficácia não será suspensa ainda que haja superveniência de normas gerais sobre a matéria, estabelecidas por lei federal.
  - b) não pode um Estado-Membro legislar sobre a matéria enquanto não houver normas gerais estabelecidas por lei federal, visto tratar-se de competência legislativa concorrente.
  - c) pode um Estado-Membro, dentro de seu território, legislar plenamente sobre a matéria, eis que se trata de competência legislativa concorrente.
  - d) não pode o Estado-Membro legislar sobre a matéria, visto que se trata de competência privativa da União e dos Municípios.

RESPOSTA: C

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente, entre outros assuntos, sobre desporto, sendo que a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, porém inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades (Art. 22).

69. (Exame n.º 116 OAB/SP) Projeto de lei estadual, disciplinando as atribuições dos órgãos integrantes da Administração Pública Estadual, é vetado pelo Governador do Estado por vício de iniciativa. A rejeição do veto governamental pela Assembléia Legislativa
- a) convalida eventual vício no processo legislativo.
  - b) usurpa a iniciativa legislativa exclusiva do Governador.
  - c) restaura a autonomia do Poder Legislativo.
  - d) traduz vício jurídico que impede a vigência do ato legislativo.

RESPOSTA: B

O projeto de lei que disciplina as atribuições dos órgãos integrantes da Administração Pública Estadual é de iniciativa privativa do Governador do Estado, ao rejeitar o veto, por vício de iniciativa, o Poder Legislativo está agindo contra a determinação constitucional, pois desta forma obriga à publicação de lei inconstitucional.

70. (Exame n.º 115 OAB/SP) Com relação às garantias dos juízes, é correto afirmar que
- a) a vitaliciedade impede, de maneira definitiva, a perda do cargo.
  - b) o juiz poderá ser removido para outra jurisdição, por motivo de interesse público.
  - c) a irredutibilidade de subsídio torna o juiz imune à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
  - d) a vitaliciedade é sempre adquirida pelo juiz após 2 anos de exercício no cargo.

RESPOSTA: B

Os juízes gozam, entre outras, da garantia de inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público (art. Art. 95).

71. (Exame n.º 115 OAB/SP) A decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pelo Procurador-Geral de Justiça, declarou inconstitucional a lei de determinado Município,
- a) poderá ser revista pelo STF, por meio de Recurso Extraordinário, desde que esteja em discussão a afronta às normas constitucionais de repetição obrigatória pela Constituição do Estado.
  - b) nunca poderá ser revista pelo STF por meio de Recurso Extraordinário.
  - c) só poderá ser revista por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta junto ao STF.
  - d) será nula, uma vez que o Procurador-Geral de Justiça não é legitimado para propor tal ação.

RESPOSTA: A

A jurisprudência do STF possibilita Recurso Extraordinário ao STF contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado que, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, declarou inconstitucional a lei de determinado município que afronta às normas constitucionais de repetição obrigatória pela Constituição do Estado.

72. (Exame n.º 115 OAB/SP) A finalidade do mandado de injunção é possibilitar a aplicação de
- a) todas as normas constitucionais que dependam de norma regulamentadora.
  - b) normas constitucionais de eficácia plena.
  - c) normas constitucionais garantidoras de qualquer espécie de direito.
  - d) apenas, normas constitucionais garantidoras de direitos inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

RESPOSTA: C

O mandado de injunção se refere à omissão de regulamentação de norma constitucional, sendo os direitos tutelados todos os enunciados na Constituição<sup>6</sup>.

73. (Exame n.º 115 OAB/SP) No processo de criação de lei ordinária, seu projeto
- a) será sempre iniciado na Câmara dos Deputados.
  - b) poderá ser vetado pelo Presidente da República, no caso de relevância e urgência.
  - c) será aprovado por maioria simples, presente a totalidade dos membros de cada uma das Casas.
  - d) poderá ser emendado, salvo quando importar aumento de despesas em projetos de iniciativa exclusiva do Presidente.

RESPOSTA: D

A CF não admite aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República (art. 63).

74. (Exame n.º 115 OAB/SP) A Federação Brasileira prevê, como instrumento de manutenção do pacto federativo,
- a) a intervenção da União nos Estados-membros e Municípios.
  - b) o estado de sítio.
  - c) a intervenção da União nos Estados-membros.
  - d) o estado de defesa.

RESPOSTA: C

<sup>6</sup> Alexandre de Moraes. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 173.

A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para, além de outras hipóteses, manter a integridade nacional (art. 34, I).

75. (Exame n.º 115 OAB/SP) Na celebração dos tratados internacionais pela República Federativa do Brasil,

- a) o Presidente da República atua individualmente, sem a participação de qualquer outro órgão, por se tratar de ato de sua competência exclusiva.
- b) o Congresso Nacional deve ratificar o acordo através de decreto legislativo.
- c) o Senado Federal deve resolver, definitivamente, sobre o acordo que acarretar encargos gravosos ao patrimônio nacional.
- d) o Presidente da República deve firmar o acordo, com autorização prévia da Câmara dos Deputados.

RESPOSTA: B

É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, executando esta competência através da publicação de decreto legislativo.

76. (Exame n.º 115 OAB/SP) As Comissões Parlamentares de Inquérito, no Congresso Nacional,

- a) são órgãos do Poder Legislativo que exercem relevante papel na fiscalização e controle da Administração, mas sempre dependem do Poder Judiciário para desenvolverem suas atividades de investigação.
- b) exigem, para sua criação, o requerimento de metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- c) devem apurar fato determinado, podendo, para tanto, ter sua duração prolongada sem fixação de prazo.
- d) podem encaminhar suas conclusões, se for o caso, ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores.

RESPOSTA: D

As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, encaminharão suas conclusões, se for o caso, ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores (art. 58, §3º).

77. (Exame n.º 115 OAB/SP) Determinado Estado-membro, no exercício de competência concorrente e sabendo da inexistência de lei federal a respeito, edita lei sobre direito penitenciário. Posteriormente, a União Federal promulga lei contendo normas gerais sobre a referida matéria. Diante disso, é possível estabelecer que

- a) ambas as leis deverão coexistir, porém a lei federal suspenderá a eficácia da lei estadual, somente no que lhe for contrário.
- b) o Estado-membro usurpou competência legislativa da União, a quem competia legislar exclusivamente sobre a matéria.
- c) a lei produzida pelo Estado-membro foi revogada pela legislação posterior da União.
- d) o Estado-membro não poderia ter legislado sem antes a União Federal editar lei contendo as normas gerais a respeito da matéria.

RESPOSTA: A

A superveniência de lei federal, no caso de competência legislativa concorrente, sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário (art. 24, §4º).

78. (Exame n.º 115 OAB/SP) Um cidadão, acessando uma página da Receita Federal na Internet, de propriedade do Governo Federal, descobre que os dados da sua última declaração encontram-se à disposição de todos os internautas. Para que seus dados sejam retirados daquela página, pode esse cidadão ingressar em juízo com
- mandado de segurança.
  - habeas data*.
  - mandado de injunção.
  - ação popular.

RESPOSTA: A

O que foi afetado foi o direito líquido e certo de ter os seus dados não revelados, portanto o mandado de segurança é o remédio adequado à defesa do direito. A questão tenta confundir ao mencionar que “dados” foram revelados, desta forma induz ao candidato responder como correta a alternativa que menciona o “*habeas data*”, lembramos que tal remédio somente se presta ao conhecimento de informações ou sua retificação.

79. (Exame n.º 114 OAB/SP) São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
- a garantia do desenvolvimento nacional, a prevalência dos direitos humanos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
  - a prevalência dos direitos humanos, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais.
  - a garantia do desenvolvimento nacional, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a erradicação da pobreza.
  - a prevalência dos direitos humanos, a redução das desigualdades regionais e a garantia do desenvolvimento nacional.

RESPOSTA: C

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: **construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação** (art. 3º).

80. (Exame n.º 114 OAB/SP) Na responsabilização política do Presidente da República pela prática de atos atentatórios ao cumprimento de decisões do Poder Judiciário,
- impõe-se a prévia autorização do Senado Federal para o julgamento.
  - o julgamento será realizado pelo Supremo Tribunal Federal.
  - afastamento do Presidente da República de suas funções, pelo prazo de, no máximo, 180 dias.
  - a Câmara dos Deputados poderá determinar a perda do cargo e a inabilitação por 8 anos para o exercício de função pública.

RESPOSTA: C

O Presidente ficará suspenso, por até 180 dias, de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal ou nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal (Art. 86, 1º e 2º).

81. (Exame n.º 114 OAB/SP) O Decreto Legislativo
- era, no sistema constitucional anterior, ato normativo de competência do Presidente da República, semelhante à atual Medida Provisória.
  - é ato normativo destinado ao exercício de competências exclusivas do Congresso Nacional.
  - é ato normativo de hierarquia inferior à lei ordinária.

- d) é ato normativo, de competência do Presidente da República, destinado a decretar intervenção federal.

RESPOSTA: B

Decreto Legislativo é o tipo de norma destinada a veicular as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional, principalmente as previstas no art. 49 da CF<sup>7</sup>.

82. (Exame n.º 114 OAB/SP) Diz-se que o conteúdo de uma norma jurídica positiva é completamente independente da sua norma fundamental quando se está tratando do
- Poder Constituinte Originário.
  - Poder Reformador.
  - Poder Constituinte Derivado.
  - Poder de Revisão.

RESPOSTA: A

O Poder Constituinte Originário é ilimitado, não estando subordinado a nenhum ordenamento jurídico anterior, não estando limitado a nenhuma regar jurídica pré-estabelecida.

83. (Exame n.º 114 OAB/SP) A norma da presunção de inocência – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art. 5º, inciso LVII da CF) – está diretamente vinculada ao princípio constitucional da
- ampla defesa.
  - moralidade administrativa.
  - inafastabilidade do processo judicial.
  - dignidade da pessoa humana.

RESPOSTA: A

A ampla defesa assegurada a todos os litigantes e aos acusados, em geral, está intimamente ligada a presunção de inocência, pois somente pode se declarar alguém culpado após condenação criminal transitada em julgado, ou seja, após esgotarem-se as possibilidades de defesa.

84. (Exame n.º 114 OAB/SP) Ao estrangeiro, naturalizado brasileiro, é vedado
- ser contratado como professor de universidade pública.
  - ser presidente do Senado Federal.
  - prestar concurso público para ingressar no serviço público federal.
  - filiar-se a partido político.

RESPOSTA: B

O cargo de Presidente do Senado é privativo de brasileiro nato, por expressa determinação constitucional no art. 12, §3º.

85. (Exame n.º 114 OAB/SP) Tendo em vista situação de extrema violência urbana no Município, o Prefeito decretou estado de sítio, proibindo que bares funcionassem após as 22 horas. Esse decreto
- é inconstitucional porque o Município não tem competência para zelar pela segurança pública.
  - é constitucional porque violência urbana é assunto de interesse local.
  - é constitucional porque, nos termos do art. 23, I, da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm competência comum para zelar pelas instituições democráticas.

<sup>7</sup> Alexandre de Moraes. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 549.

- d) é inconstitucional porque só a União tem competência para decretar estado de sítio.

RESPOSTA: D

A decretação do estado de sítio é de competência exclusiva do Presidente da República, não podendo o Prefeito decretar tal ato (art. 137).

86. (Exame n.º 114 OAB/SP) O Senado Federal suspende a execução de lei declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário em
- declaração direta de inconstitucionalidade, ocorrida em sessão a que estiveram presentes sete Ministros.
  - declaração de inconstitucionalidade incidente.
  - declaração de inconstitucionalidade por omissão.
  - ação declaratória de inconstitucionalidade, julgada por maioria dos Ministros que se achavam presentes no ato do julgamento.

RESPOSTA: B

Compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (art. 52, IX).

87. (Exame n.º 114 OAB/SP) Com relação ao objeto de deliberação sobre emenda à Constituição, indique a variante inexata.
- A separação dos poderes e o voto direto, secreto, universal e periódico.
  - A forma federativa de Estado.
  - O sistema de governo presidencialista.
  - Os direitos e garantias individuais.

RESPOSTA: C

O examinador procurava a assinalação da alternativa que não constituía cláusula pétreia, sendo que, das enunciadas, a única que não possui tal característica é a forma federativa de Estado (art. 60, §4º).

88. (Exame n.º 114 OAB/SP) Em função da submissão da Administração ao princípio da legalidade, pode-se dizer que
- o Executivo não pode expedir normas que dêem operatividade a uma lei.
  - todo regulamento de Chefe do Executivo é ato inferior, subordinado e dependente.
  - a competência regulamentar do Chefe do Poder Executivo aplica-se quando houver omissão da lei a respeito de algum assunto.
  - seus regulamentos podem impor restrições à ordem privada, desde que medida provisória posterior assim o determine.

RESPOSTA: B

O regulamento do Poder Executivo não pode contrariar a lei ou ir além dela, sendo que é sempre subordinado e inferior a norma legal.

89. (Exame n.º 113 OAB/SP) O Município está constitucionalmente autorizado a criar guarda municipal com objetivo de
- suplementar eventual omissão do Estado em matéria de segurança pública.
  - colaborar com a polícia civil na função de polícia judiciária.
  - proteger bens, serviços e instalações do Município.
  - auxiliar na preservação da ordem pública no âmbito de seu território.

RESPOSTA: C

Os Municípios, segundo a CF, poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações (art. 144, § 8º).

90. (Exame n.º 113 OAB/SP) O Presidente da República expede Decreto com o fim de regulamentar determinada lei federal. No entanto, o Decreto acaba por criar determinada obrigação não prevista na lei regulamentada. Em tal hipótese, o Congresso Nacional
- poderia revogar todo o Decreto, por meio de Resolução.
  - poderia revogar a parte do Decreto que criou a obrigação não prevista na lei, por meio de Resolução.
  - poderia sustar a parte do Decreto que criou a obrigação não prevista na lei, por meio de Decreto Legislativo.
  - nada poderia fazer em relação ao Decreto, em respeito ao princípio da separação de poderes.

RESPOSTA: C

É competência exclusiva do Congresso Nacional, entre outras, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa (art. 49, V).

91. (Exame n.º 113 OAB/SP) Recentemente, o STF entendeu que, até que haja lei definindo o subsídio mensal a ser pago a ministro do STF, não prevaleceria o teto único de remuneração para os três Poderes da República, estabelecido pelo art. 37, XI da Constituição Federal. Esta decisão entendeu, portanto, que a norma constitucional que estabeleceu o teto único de remuneração seria norma
- de eficácia limitada e aplicação diferida.
  - de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
  - de eficácia contida e aplicabilidade imediata.
  - auto-aplicável.

RESPOSTA: A

92. (Exame n.º 113 OAB/SP) O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo, é constitucionalmente autorizado para os casos de
- propriedade imobiliária que cumpra a sua função social.
  - solo urbano não edificado ou não utilizado.
  - propriedade rural que não utilize adequadamente os recursos naturais.
  - cessão de direitos reais sobre imóvel.

RESPOSTA: B

É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, entre outras (Art. 182, § 4º, II).

93. (Exame n.º 113 OAB/SP) Uma rádio comunitária ingressa em juízo com mandado de injunção, temendo ser lacrada pelo órgão competente, eis que, nos termos da regulamentação existente, a mesma não teria autorização para funcionar. O mandado de injunção deve
- ser concedido, como sucedâneo de *habeas data*.
  - ser concedido, para assegurar o exercício de direitos e liberdades constitucionais inviabilizados pela falta de ato de autorização.
  - ser negado, visto inexistir norma que regulamente tal tipo de serviço de radiodifusão.

- d) ser negado, visto existir norma regulamentadora desse serviço de radiodifusão.

RESPOSTA: D

O mandado de injunção tem como finalidade obter do Judiciário a ciência ao Poder omissor para que tome as providências necessárias, não sendo cabível caso haja norma regulamentadora sobre o assunto.

94. (Exame n.º 113 OAB/SP) Trabalhadores de um ente estatal em fase de privatização, pretendendo emendar a Constituição Federal para proibir a alienação daquele ente, e não contando com o interesse do Presidente da República, nem do Senado Federal para a iniciativa da proposta de Emenda, devem conseguir, para tal objetivo, o apoio de, no mínimo, um terço
- dos membros da Câmara dos Deputados.
  - das Assembléias Legislativas dos Estados-membros.
  - das Câmaras Municipais de um Estado-membro.
  - do Congresso Nacional.

RESPOSTA: A

Determina a CF que somente poderá ser emendada mediante proposta de **um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados** ou do Senado Federal, do Presidente da República ou de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

95. (Exame n.º 113 OAB/SP) Quando se diz caber a todos os componentes do Poder Judiciário o exercício do controle da compatibilidade vertical das normas da ordenação jurídica de um país, está se falando em
- controle constitucional difuso, por via de ação.
  - jurisdição constitucional concentrada, por via de exceção.
  - jurisdição constitucional difusa, por via de exceção.
  - controle constitucional concentrado, por via de ação.

RESPOSTA: C

O controle difuso da constitucionalidade das leis pode ser efetuado por qualquer órgão do Poder Judiciário, ou seja por juiz ou Tribunal, cabendo a parte o recurso adequado.

96. (Exame n.º 113 OAB/SP) Ao adquirir um produto via internet, um cidadão respondeu a um questionário eletrônico sobre diversos dados pessoais, inclusive sobre suas preferências sexuais. A empresa vendedora informava que os dados eram todos criptografados (sistema de segurança) e seriam utilizados apenas por ela, como pesquisa de mercado. No entanto, algum tempo depois, o cidadão começou a receber diversas mensagens eletrônicas ("e-mails") de pessoas estranhas, com comentários sobre os dados pessoais que havia incluído naquele questionário. O proceder da empresa violou
- o princípio da liberdade de manifestação do pensamento.
  - a proteção constitucional à reprodução da imagem humana.
  - o princípio da violabilidade das comunicações.
  - a garantia constitucional da inviolabilidade da intimidade.

RESPOSTA: D

No exemplo em questão ocorreu, por parte da empresa, a violação da intimidade do indivíduo, direito protegido pela CF em seu art. 5º, X, que assegura no caso de violação a indenização pelo dano material ou moral.

97. (Exame n.º 113 OAB/SP) A norma que dispõe que "aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação e reprodução das suas obras, transmissíveis aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar" é norma constitucional
- a) de aplicabilidade plena, mas com eficácia redutível.
  - b) programática.
  - c) de eficácia limitada.
  - d) de aplicabilidade e eficácia plenas.

RESPOSTA: A

98. (Exame n.º 113 OAB/SP - adaptada) O ordenamento jurídico brasileiro permite a promulgação de Emenda Constitucional para tornar facultativo o voto para todos os cidadãos brasileiros e, posteriormente, a edição de Medida Provisória para regulamentar o direito político modificado?
- a) Não, pois a Emenda Constitucional estará abolindo *cláusula pétrea*.
  - b) Sim. Pode ser promulgada a Emenda Constitucional, mas o artigo em questão não poderá ser regulamentado por Medida Provisória.
  - c) Sim, tanto a Emenda Constitucional como a Medida Provisória têm amparo constitucional.
  - d) Em termos, porque basta a Medida Provisória para tornar facultativo o voto.

RESPOSTA: B

A CF veda a edição de medidas provisórias, entre outras, sobre matéria relativa a direitos políticos e direito eleitoral (Art. 62, § 1º, I, a).

99. (Exame n.º 112 OAB/SP) No processo legislativo brasileiro, a iniciativa conjunta corresponde à competência conferida
- a) a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, bem como ao Presidente da República para deflagrar o processo legislativo.
  - b) ao Presidente da República e ao Procurador-Geral da República para iniciar o processo legislativo sobre lei que disponha sobre a organização do Ministério Público da União.
  - c) aos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal para fixar o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
  - d) ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça para alterar o número de membros dos tribunais inferiores.

RESPOSTA: C

A iniciativa conjunta de projeto de lei está prevista no art. 48, XV da Constituição que exige "fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal..."

100. (Exame n.º 112 OAB/SP) A Ação Declaratória de Constitucionalidade, proposta pela Mesa do Senado e que tenha por objeto Decreto do Presidente da República regulamentando lei federal, *a priori*,
- a) deve ser julgada procedente, pois não apresenta nenhum vício de ordem processual.
  - b) deve ser julgada procedente, pois, mesmo diante de eventual afronta à Constituição Federal, o julgamento improcedente implicaria declaração de inconstitucionalidade do ato, o que não é possível nessa espécie de ação que tem por finalidade a declaração da constitucionalidade da norma.

- c) não deve ser conhecida, pois o Presidente do Senado, e não a Mesa, é legitimado para propor a ação.
- d) não deve ser conhecida, porquanto se está diante de questão de ilegalidade e não de inconstitucionalidade.

RESPOSTA: D

O STF decidiu que não é cabível a ação direta de inconstitucionalidade “com relação a dispositivos de Decreto que regulamenta Lei, porquanto, nesse caso, a questão se coloca no plano da legalidade e não da constitucionalidade” (ADIN 763-SP).

101. (Exame n.º 112 OAB/SP) Poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição que suprima
- a) o poder de veto do Presidente da República no processo legislativo.
  - b) a justiça desportiva.
  - c) o direito de impenhorabilidade da pequena propriedade rural.
  - d) as competências legislativas do Distrito Federal.

RESPOSTA: B

O poder de veto do presidente da República e as competências legislativas do Distrito Federal são consideradas cláusulas pétreas (separação dos poderes), assim como a impenhorabilidade da pequena propriedade rural, considerada uma garantia fundamental, não

102. (Exame n.º 112 OAB/SP) Sobre a lei complementar e a lei ordinária, vale dizer que são
- a) distintas as matérias reservadas a cada uma delas, embora o *quorum* necessário para votação de ambas seja o mesmo.
  - b) distintos os legitimados para apresentação dos respectivos projetos de lei.
  - c) idênticos o *quorum* necessário para votação e as matérias reservadas a cada uma delas.
  - d) distintas as matérias reservadas a cada uma delas, embora o *quorum* necessário para aprovação de ambas seja o mesmo.

RESPOSTA: A

**A lei complementar tem matéria própria, ou seja, normatiza um campo delimitado do direito positivo, não podendo versar sobre qualquer assunto, mas somente sobre aqueles que a Constituição reservou expressamente, já a matéria que deve ser tratada por lei ordinária é residual, sendo que a lei ordinária pode regulamentar os assuntos não reservados expressamente as leis complementares.**

O *quorum* para ambas as votações é de maioria absoluta, importante não confundir *quorum* para votação, que é o número mínimo de parlamentares presentes para que haja deliberação, com o *quorum* para aprovação, número mínimo de votos para que um projeto de lei seja aprovado.

103. (Exame n.º 112 OAB/SP) Quanto à aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais, o art. 5º, XV, da Constituição da República, que prevê ser "livre a locomoção no território nacional em tempo de paz" com a possibilidade de "qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens", pode ser considerado norma de eficácia
- a) plena, não comportando nenhuma espécie de restrição.
  - b) contida, sendo de aplicação imediata, porém com possibilidade de restrição.
  - c) limitada, pois sua aplicação depende de regulamentação por lei.
  - d) limitada, por não ser auto-aplicável.

RESPOSTA: B

As normas de eficácia contida são aquelas de aplicabilidade imediata, porém cujos efeitos

podem ser limitados por legislação infraconstitucionais.

104. (Exame n.º 112 OAB/SP) Eventual proposta de emenda à Constituição Federal modificando os critérios de aposentadoria do servidor público, que fosse rejeitada pelo Senado Federal, não poderia ser reapresentada
- pelos membros do Senado.
  - na ocorrência do estado de emergência.
  - devido à afronta à cláusula pétrea.
  - na mesma sessão legislativa.

RESPOSTA: D

Por força constitucional a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (art. 60, § 5º).

105. (Exame n.º 112 OAB/SP) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), proposta por Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil e encaminhada para julgamento ao plenário do Supremo Tribunal Federal, com objetivo de controlar a constitucionalidade de dispositivos constantes de Emenda à Constituição Federal e de lei estadual, não deverá ser conhecida porque
- lei estadual não pode ser objeto de ADIn.
  - o plenário do Supremo Tribunal Federal não é o órgão competente para julgamento, mas, sim, uma das Turmas da referida Corte.
  - o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil não é legitimado para propor ADIn.
  - a Emenda à Constituição Federal não pode ser objeto de ADIn.

RESPOSTA: C

Pode propor a ação de inconstitucionalidade, entre outros o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e não o Conselho Seccional (art. 103, VII).

106. (Exame n.º 112 OAB/SP) A declaração de inconstitucionalidade de ato normativo que revoga outro ato normativo tem como consequência lógica
- o restabelecimento do ato normativo anterior.
  - a repristinação do ato normativo anterior.
  - a perda de eficácia de ambos os atos.
  - a impossibilidade de restabelecer o ato normativo anterior.

RESPOSTA: A

O direito brasileiro não admite o instituto da repristinação, salvo menção expressa, o que acontece no caso da declaração de inconstitucionalidade de ato normativo que revoga outro ato é o efeito repristinatório, ou seja, a norma que *aparentemente* estava revogada volta a vigorar.

107. (Exame n.º 112 OAB/SP) Recentemente, foi promulgada lei criando a Agência Nacional de Água (ANA), assegurando competência aos Estados-membros para legislar sobre o uso
- das correntes de água que, dentro de seu território, servem de limite com território estrangeiro.
  - das bacias hidrográficas oriundas de rios que banham apenas seu território.
  - das praias marítimas dentro do seu território.
  - de todas as ilhas fluviais e lacustres, ainda que pertencentes à União.

RESPOSTA: B

108. (Exame n.º 112 OAB/SP) No âmbito da legislação concorrente,
- têm os Estados-membros competência plena, dentro de seu território, para legislar sobre normas gerais, desde que inexista lei federal a respeito.
  - cabe à União e aos Estados-membros legislar conjuntamente sobre normas gerais.
  - não podem os Estados-membros editar lei se não houver prévia legislação federal estabelecendo normas gerais.
  - têm os Estados-membros apenas competência suplementar.

RESPOSTA: A

No âmbito da legislação concorrente inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades (art. 24, §3º).

109. (Exame n.º 107 OAB/SP) Quando da promulgação de uma nova Constituição, diz-se que a legislação ordinária compatível perde o suporte de validade da constituição antiga, mas continua válida pela teoria:
- da repristinação.
  - da desconstitucionalização.
  - da recepção.
  - do poder constituinte subordinado.

RESPOSTA: C

A Constituição recebe todo o ordenamento jurídico anterior a ela que não lhe seja materialmente incompatível, ou seja, todas as normas anteriores à Constituição continuam a ter eficácia, desde que não tratem a matéria de forma diferente da Constituição.

110. (Exame n.º 107 OAB/SP) Controle de constitucionalidade por via de exceção é o chamado:
- controle misto, adotado no Brasil, onde convivem harmonicamente os controles difuso e abstrato.
  - controle abstrato, que tem como característica a discussão da lei em tese e como objeto leis ou atos normativos federais e estaduais.
  - controle difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos *erga omnes*.
  - controle difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos inter partes.

RESPOSTA: D

O controle difuso pode ser realizado por qualquer órgão do Poder Judiciário, em qualquer processo, sendo chamado também de controle por via de exceção ou incidental.

111. (Exame n.º 107 OAB/SP) A omissão inconstitucional pode ser atacada por meio de:
- representação de inconstitucionalidade.
  - ação direta de inconstitucionalidade em face de ato normativo.
  - ação declaratória de constitucionalidade.
  - mandado de injunção.

RESPOSTA: D

A CF possibilita a qualquer indivíduo a concessão de mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania (art. 5º, LXXI).

112. (Exame n.º 107 OAB/SP) Afirma-se que o Poder Legislativo brasileiro é do tipo bicameral-federativo, pois:
- é integrado exclusivamente por representantes dos Estados e do Distrito Federal, que são entes federativos.
  - é integrado por duas Casas Legislativas, uma delas composta por representantes do povo brasileiro e a outra por representantes dos Estados e do Distrito Federal.
  - é integrado pela Câmara dos Deputados, composta por representantes do povo brasileiro, e pelo Senado Federal, composto por representantes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
  - a União e os Estados têm Poderes Legislativos próprios.

RESPOSTA: B

A Constituição brasileira tem como tradição a organização do Poder Legislativo na forma bicameralista, desde o tempo do Império. Importante ressaltar que no bicameralismo brasileiro não existe supremacia ou posição superior de uma Casa sobre a outra.

113. (Exame n.º 107 OAB/SP) Em relação às garantias da magistratura, é correto afirmar que:
- a vitaliciedade é sempre adquirida pelos magistrados após dois anos de exercício no cargo.
  - a inamovibilidade pode ser afastada por motivo de interesse público.
  - a irredutibilidade de subsídio torna os juízes imunes à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
  - a vitaliciedade impede definitivamente a perda do cargo pelos juízes.

RESPOSTA: B

Os juízes gozam da garantia, entre outras, da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, sendo o ato fundado em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa (art. 95).

114. (Exame n.º 107 OAB/SP) No exercício da competência legislativa concorrente,
- a União edita normas gerais e específicas.
  - a União, os Estados e os Municípios legislam em sistema de cooperação.
  - os Estados poderão editar normas gerais e específicas, caso inexistir lei da União fixando normas gerais.
  - as normas gerais produzidas pelos Estados prevalecem sobre as normas gerais supervenientes da União.

RESPOSTA: C

No exercício da competência legislativa concorrente se não existir lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades (art. 24, §3º).

115. (Exame n.º 105 OAB/SP) Brasileiro naturalizado, em liberdade condicional e com direitos políticos suspensos, não pode propor Ação Popular porque
- ele é naturalizado.
  - está em liberdade condicional.
  - está com seus direitos políticos suspensos.
  - não é brasileiro nato.

RESPOSTA: C

A ação popular somente poderá ser proposta por um cidadão, entendendo-se, como tal, o brasileiro que está em pleno exercício dos seus direitos políticos (art. 5º, LXXIII).

116. (Exame n.º 105 OAB/SP) A pessoa que se exime de prestar serviço militar, alegando motivo de crença religiosa e se recusa a prestar serviços alternativos
- é privado dos seus direitos sociais
  - é privado do "status" de cidadão e dos direitos dele decorrentes.
  - tem seus direitos e garantias individuais suspensos.
  - não pode ser privado de nada, porque a Constituição prevê liberdade de credo religioso.

RESPOSTA: B

Neste caso a pessoa perderá seus direitos políticos, conforme determinado pela CF em seu art. 15.

117. (Exame n.º 105 OAB/SP) Na vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados aos exercícios da Presidência:
- o presidente do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.
  - o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal federal.
  - o presidente da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.
  - o presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA: B

Sobre a vacância do cargo de Presidente da República e de Vice-presidente da República determina a CF que serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal (art. 80)..

118. (Exame n.º 105 OAB/SP) O sistema de governo em que o Poder Legislativo e o Executivo distinguem-se de forma acentuada é o
- republicano.
  - democrático.
  - parlamentar.
  - presidencial.

RESPOSTA: D

A República é considerada pela doutrina como forma de governo e não como sistema de governo, enquanto que a democracia é um regime político. São considerados sistemas de governo o presidencialismo e o parlamentarismo, o primeiro de caracteriza pela independência entre os Poderes Executivo e Legislativo, enquanto que no segundo os Poderes executivo e Legislativo são interdependentes.

119. (Exame n.º 105 OAB/SP) Assinale a alternativa correta.
- Qualquer brasileiro pode propor Ação Popular.
  - O Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado por organização sindical em funcionamento há pelo menos um ano.
  - O Mandado de Injunção tem como pressuposto a existência de norma regulamentar.
  - O *Habeas data* não pode ser impetrado por pessoa jurídica.

RESPOSTA: B

O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou **organização sindical**, entidade de classe ou associação **legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano**, em defesa dos interesses de seus membros ou associados (art. 5º, LXX).

120. (Exame n.º 105 OAB/SP) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Essa norma
- proíbe atos jurídicos imperfeitos.
  - permite a retroatividade da lei.
  - proíbe a retroprojeção da lei.
  - faculta ao legislador a iniciativa de certas leis.

RESPOSTA: C

Essa norma proíbe que uma lei tenha efeitos sobre certos institutos do direito, protegendo-os contra mudanças ocorridas nas leis após sua verificação (art. 5º, XXXVI).

121. (Exame n.º 109 OAB/SP) Artistas que participaram de uma telenovela que, após exibição no Brasil, será reapresentada no exterior, encontram proteção à sua participação nos lucros, nas garantias constitucionais
- do direito adquirido.
  - de proteção à reprodução da imagem e voz.
  - da inviolabilidade das comunicações.
  - do direito à liberdade de expressão da atividade artística.

RESPOSTA: B

A CF estabelece que é assegurado, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas (art. 5º, XXVIII).

122. (Exame n.º 109 OAB/SP) Recentemente, um ex-prefeito de uma cidade paulista foi condenado pelo Tribunal de Justiça à suspensão dos seus direitos políticos, por ter usado dinheiro público para enviar cartas aos municípios, relatando obras que executou com o dinheiro arrecadado do IPTU. A decisão fundou-se no princípio
- constitucional que veda publicidade que caracterize promoção pessoal de autoridade.
  - legal da imoralidade.
  - constitucional da devida motivação dos atos administrativos.
  - da capacidade econômica do contribuinte.

RESPOSTA: A

Pela CF a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (art. 37, §1º).

123. (Exame n.º 109 OAB/SP) Determinado município, para obter financiamento do Banco Mundial (operação de crédito externo), após aprovação da lei autorizadora, necessita de autorização do
- Plenário da Câmara dos Vereadores.
  - Congresso Nacional.
  - Tribunal de Contas respectivo.
  - Senado Federal.

RESPOSTA: D

A Constituição atribui ao Senado a competência privativa para autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (art. 52, V).

124. (Exame n.º 109 OAB/SP - adaptada) A inobservância, pelo Congresso Nacional, do prazo constitucional de 60 (sessenta) dias para conversão de medida provisória em lei
- ocasiona perda "ex tunc" da eficácia da medida provisória.
  - ocasiona perda "ex nunc" da eficácia da medida provisória.
  - não ocasiona perda da eficácia da medida provisória, a não ser que tenha havido explícita rejeição do projeto de conversão.
  - ocasiona perda da eficácia da medida provisória, a não ser que outra medida provisória tenha sido editada após 60 (sessenta) dias da rejeição.

RESPOSTA: A

As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes (art. 62, §3º).

125. (Exame n.º 109 OAB/SP) Deputados federais paulistas, para obterem o cumprimento do artigo 45, § 1º, da Constituição Federal (fixação do número de deputados por Estado),
- não têm legitimidade para propor ação fundada em ausência de norma do Congresso Nacional.
  - devem impetrar Mandado de Segurança Coletivo.
  - só podem propor ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
  - têm legitimidade para impetrar Mandado de Injunção.

RESPOSTA: D

O Supremo Tribunal Federal reconheceu em plenário, por maioria, a legitimidade de mandado de injunção impetrado por deputados federais paulistas que pleiteavam, o cumprimento do art. 45, §1º, da CF, "como cidadãos, titulares de prerrogativas político-jurídicas que são inequivocadamente difusas (MI 219-DF)